

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL 2025**

**Data:** 29 de maio de 2025.

**Local:** Agefis

<b>Participantes</b>	<b><u>Bancada do Governo:</u></b> <b>Titulares:</b> a) Guilherme Magalhães Furtado b) José Neuvani de Vasconcelos Júnior c) Yanna Pontes Bessa  <b>Suplente:</b>  a) Márcio Adriano Barbosa Bezerra
	<b><u>Bancada dos Servidores:</u></b> <b>Titulares:</b> a) Cinthia Soares Rodrigues Paier b) Rachel Figueiredo Viana Martins c) Marta Cristina Jucá Policarpo  <b>Suplente:</b>  a) Dalbernon da Silva Cajado b) Ana Lúcia Oliveira Viana c) Naíme Tavares Machado

**Ata da Reunião**

1. O Superintendente da Agefis, Guilherme Magalhães, abriu a reunião. Explicou que o Superintendente Adjunto, Paulo Guedes, também irá acompanhar as rodadas de negociação. Justificou sua ausência devido a um outro evento interno da instituição;
2. Cinthia Paier, Presidente da AFIM, deu as boas-vindas aos novos membros e destacou que espera que seja o início de uma relação frutífera. Prosseguiu informando que optaram por trazer pautas financeiras justas, necessárias e sérias para a 1ª reunião da Mesa Setorial de Negociação, dado que as pautas rotineiras e administrativas de importância à categoria tem sido de conhecimento da gestão por meios de ofícios e reuniões com o Superintendente e alguns Diretores da Agência. Passou a palavra para Marta Jucá, membro da bancada dos servidores;

3. Marta Jucá apresentou o ponto da pauta referente ao Incentivo de Titulação Acadêmica (ITA) e ao Adicional de Insalubridade: explicou que houve um erro de implantação de duas verbas no PCCS do ambiente de fiscalização (ITA e Adicional de Insalubridade) implantado em 2017. O caso já foi levado ao Prefeito Evandro Leitão, à Deputada Larissa Gaspar e à Vereadora Adriana Almeida. Se voluntariou a apresentar o cálculo mais detalhadamente a quem interessasse. Continuou informando que as verbas deveriam ter sido excluídas do cálculo da vantagem pessoal reajustável (VPR). Houve perda real desde então. O pleito é apenas de correção da implantação do PCCS. Destacou a urgência desta correção, uma vez que a insalubridade não vai para a aposentadoria, o que vai resultar em perda ainda maior;

4. Dalbernon Cajado, membro da bancada dos servidores, explicou que o prejuízo é apenas para os servidores que já recebiam as verbas antes do PCCS, causando disparidade na carreira;

5. Guilherme Magalhães questionou se houve judicialização;

6. Cinthia Paier respondeu que sim em grupos de cinco;

7. Marta Jucá entende ser mais interessante uma resolução administrativa, visto que juízes tem pensamentos diferentes, não trazendo consenso ao tema e ainda que, a Administração Pública pode rever seus atos com equívocos;

8. Guilherme indicou como encaminhamento o envio do caso à PGM. Para tanto, sugeriu que a AFIM enviasse o impacto financeiro e os números para que fosse providenciado o agendamento;

9. A AFIM enviará o levantamento até o dia 10 de julho;

10. Rachel Viana, membro da bancada dos servidores, trouxe a pauta Adicional de Risco de Vida. Explicou que a situação é pleito antigo. Destacou que outras categorias de servidores municipais de Fortaleza já recebem, a exemplo da Guarda Municipal, Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) e a categoria da enfermagem. Fiscais de atividades urbanas de cidades próximas e de capitais semelhantes a Fortaleza também recebem o adicional. Continuou informando que na gestão anterior foi criado um grupo de trabalho e encaminhada proposta à

SEPOG por meio do sistema de protocolo único (SPU);

11. Guilherme Magalhães informou que o processo foi arquivado. Defendeu ser justa a realização de estudo técnico, haja visto a alegativa de que o adicional é subjetivo, o que impossibilitaria sua concessão de forma genérica. Sugeriu que fosse verificada a situação dos Fiscais da Semace por ser uma autarquia que trata de fiscalização ambiental. Entende que a Sepog deve adentar o aspecto técnico, o que fortalece o pleito, até para uma eventual judicialização;

12. Como encaminhamento a AFIM irá atualizar o pleito, com início de um novo processo a ser encaminhado para PGM;

13. Dalbernon Cajado reforçou que são rotineiras as ameaças em campo. Pediu que fosse elaborado protocolo de condutas a serem adotadas pelos Fiscais nas diferentes situações de risco à vida;

14. Guilherme Magalhães defendeu que a situação de risco é de cunho pessoal. O Fiscal é que sente se está ou não em risco. Informou que o novo sistema trará um botão de pânico interligado a forças de segurança;

15. Cinthia Paier pediu que fosse retomada a discussão sobre a abordagem no que diz respeito a defesa pessoal, rota de fuga e outras estratégias para lidar com as situações de crise, inclusive para os motoristas e profissionais de apoio à fiscalização;

16. Guilherme Magalhães disse ser favorável. Com relação ao treinamento dos motoristas tem que se levar em consideração a questão da rotatividade e limites relacionados à terceirizada.

17. Como encaminhamento, a Diretoria de Operações irá providenciar um protocolo de condutas a serem adotadas em situações que podem levar o Fiscal ao risco de vida;

18. Cinthia avançou ao tópico Gefae. Trouxe que a produtividade está em defasagem. Houve um ano em que não houve reajuste e no ano corrente houve perda inflacionária de 4 meses (jan-abr). A fiscalização tem impacto positivo na sociedade, conforme já fartamente demonstrado em

trabalhos acadêmicos elaborados pela própria categoria de fiscais;

19. Guilherme Magalhães disse ser um entusiasta da academia. Que tudo o que houver nesse sentido pode ser apresentado para que faça as solicitações pertinentes;

20. Ana Lúcia informou que a AFIM já firmou um convênio com a Universidade Federal do Ceará (UFC), no qual 18 (dezoito) fiscais realizaram o curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, resultando em pesquisas voltadas para a AGEFIS e a fiscalização;

21. Cinthia Paier trouxe que desde que a Gefae foi implantada houve vários desafios operacionais e que impactam na produtividade;

22. Guilherme afirmou que a categoria precisa revisitar o tema e trazer uma nova proposta. Sugeriu que fosse esquecida a terminologia “fiscal interno”. Defendeu que todos trabalham em prol da fiscalização e que não existe fiscalização sem o trabalho interno. O termo segrega e distancia. Pediu que a categoria trouxesse algo concreto para discussão;

23. Ana Lúcia Viana, membro da bancada dos servidores entende que o valor está defasado, que deveria ser algo mais incentivador e que a discussão é a partir do valor atual máximo recebido R\$ 2.396,30. Que esse piso não onera os cofres públicos. O que precisa é de entendimento e vontade política;

24. Cinthia Paier sugeriu a criação de um grupo de trabalho;

25. Guilherme Magalhães não é favorável. Veio da iniciativa privada e entende que nada mais é do que uma reunião para marcar outra reunião. Não é efetivo. Defendeu que um grupo de trabalho para tratar de algo concreto, mais objetivo, tem maior efetividade do que começar do zero;

26. Cinthia Paier propôs trazer uma proposta para a 2ª reunião da Mesa Setorial de Negociação;

27. Ana Lúcia sugeriu que a proposta fosse apresentada antes da reunião;

28. Guilherme Magalhães reforçou que a sala está sempre aberta;

29. Cinthia Paier aproveitou o espaço para solicitar devolutivas de assuntos tratados na reunião do dia 05/05/2025 entre o Superintendente Guilherme e membros da AFIM: parecer sobre a redução de carga horária prevista em lei ser concentrada em único dia da semana; previsão de horas-extras para os próximos eventos (São João, Fortal e Halleluya); previsão de assistentes de fiscalização ocuparem seus cargos nas gerências de fiscalização.

30. O Superintendente informou que a PGM foi consultada pela Procuradoria Jurídica da Agefis sobre a redução de jornada de carga horária e segue aguardando devolutiva. Acerca das horas-extras esclareceu que o próximo evento São João com pagamento de horas-extras fora encaminhado para o COGERFFOR e que as fiscalizações ocorrerão de forma ordinária, caso não haja deliberação favorável à implantação de horas-extras, nos termos expostos no decreto vigente, sem efetivos a maior. Quanto à presença dos assistentes de fiscalização expôs que eles estão executando seus serviços na AGEFIS, sem prejuízo do serviço segundo os gerentes de fiscalização e da diretoria correlata.

31. Não havendo outros pontos a serem debatidos, a reunião foi encerrada.